



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
**RECORTE DE JORNAIS**

Veículo: JORNAL DA CIDADE  
Identificação: CIDADES B4  
Data: 30/11/2012

## PASSEIO PÚBLICO

# MPE quer acessibilidade

O Ministério Público Estadual (MPE) realizou audiência para tratar da adequação dos passeios públicos do centro de Aracaju às normas de acessibilidade, assim como a adequação da calçada situada na lateral da Rua Simão Dias com a Rua São Cristóvão. A Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) tem o prazo de 20 dias para se pronunciar em relação à uma possível parceria para a execução da acessibilidade.

“Recebemos denúncias de que as calçadas do centro da cidade não estão possibilitando o livre acesso das pessoas. Assim, o MPE fez uma intervenção objetivando a implantação da acessibilidade nas calçadas, pois existem muitos obstáculos, como pisos irregulares”, afirmou a promotora de Justiça, Berenice Melo.

Segundo a promotora, a Universidade Tiradentes se prontificou em verificar a possibilidade de efetuar uma parceria com o município de Aracaju, com o intuito de fazer um diagnóstico. “Já foi apresentando o projeto piloto pela universidade à Emurb, e a mesma informou que está ana-

lisando a proposta, pois existe a necessidade de recursos. Assim que os estudos forem feitos o projeto vai ser encaminhado para a Secretaria da Fazenda”, disse Berenice Melo.

O Ministério Público já solicitou que a Empresa Municipal de Obras e Urbanização oferecesse uma maior fiscalização. “A Emurb vem explicando que não existe uma inspeção mais efetiva pela falta de fiscais no seu quadro de funcionários. Pensando nisso, já propomos uma Ação Civil Pública para que o município realizasse o concurso para suprir as necessidades que a instituição tem, de fiscalizar a nossa cidade”, declarou a promotora.

“Nós também já fizemos algumas intervenções em hotéis e bares para que eles adequassem sua estrutura física para receber pessoas com deficiência, disponibilizando plataforma elevatória, banheiros adaptados e pisos táteis para que a acessibilidade fosse garantida. Inclusive existem algumas ações que foram judicializadas para que o livre acesso fosse disponibilizado”, informou Berenice.